

RECURSO ESPECIAL Nº 1.737.320 - SP (2018/0095513-5)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : EVARDO BELLUSCI
ADVOGADO : OCTÁVIO ROMANINI - SP020881
RECORRIDO : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADOS : ZAIRO FRANCISCO CASTALDELLO E OUTRO(S) - RS030019
JANAINE LONGHI CASTALDELLO E OUTRO(S) - RS083261

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por EVARDO BELLUSCI em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 500):

Ação revisional de contrato bancário de abertura de crédito rotativo em conta corrente - capitalização de juros - inocorrência em razão da natureza do contrato de abertura de crédito - irrelevância da aplicação da MP nº 2.170-36/01 - limitação da taxa de juros - questão não formulada na petição inicial - sentença "extra petita" nesse tópico - anulação parcial da sentença - fins de prequestionamento - recurso parcialmente provido.

Nas razões do recurso especial (fls. 505/525), a parte insurgente alegou, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao art. 4º do Decreto-Lei n. 22.626/33.

Sustentou, em síntese, não ser possível a capitalização mensal de juros em contrato de abertura de crédito em conta corrente.

Sem contrarrazões.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. A respeito da controvérsia quanto à alegada abusividade da capitalização mensal de juros, o Tribunal de origem decidiu que a relação jurídica travada entre as partes não adota esse mecanismo de cálculo dos encargos remuneratórios, conforme se pode ver do seguinte excerto do aresto recorrido (fls. 515/516):

Inicialmente, destaque-se o autor pretende a revisão de contrato bancário de abertura de crédito rotativo em conta corrente, sendo irrelevante a questão da aplicação, ou não, da MP nº 2.170-36/2001, uma vez que o contrato em questão se caracteriza pela concessão de determinado limite de crédito, colocado à disposição do contratante, a ser quitado mediante a utilização do saldo existente na conta corrente, com previsão para renovação a critério da instituição financeira contratada, tratando-se, assim, de verdadeiro contrato de abertura de crédito em conta corrente.

Com efeito, **tendo em vista a natureza desse contrato, não há que se falar em capitalização de juros, pois o crédito é concedido ao devedor a cada trinta dias, quando vencem os juros relativos ao período anterior.**

Caso o devedor não pague a dívida, novo crédito é concedido automaticamente, com a inclusão dos juros do mês anterior no valor total da dívida, não se vislumbrando, por conseguinte, a alegada capitalização de juros.

Embora a parte recorrente alegue que há sim a incidência mensal de juros sobre juros, o óbice das Súmulas 5 e 7/STJ impede esta Corte Superior de investigar os detalhes da relação jurídica bancária para aferir se de fato há a prática de capitalização mês a mês.

Com o mesmo raciocínio:

DIREITO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO SUBMETIDA AO CPC/73. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIOS VINCULADO AO SFH. TABELA PRICE. TAXA EFETIVA DE JUROS. REAJUSTE DO SALDO DEVEDOR. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O NCPC é inaplicável ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

2. **A análise acerca da legalidade da utilização da Tabela Price - mesmo que em abstrato - passa, necessariamente, pela constatação da eventual capitalização de juros (ou incidência de juros compostos, juros sobre juros ou anatocismo), que é questão de fato e não de direito, motivo pelo qual não cabe ao Superior Tribunal de Justiça tal apreciação, em razão dos óbices contidos nas Súmulas 5 e 7 do STJ.** (REsp 1.124.552/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Corte Especial, DJe 2/2/2015).

3. A existência de uma taxa de juros efetiva, paralela à nominal, não implica, necessariamente, cobrança de juros capitalizados. Precedentes.

4. O PES, quando contratado, somente pode ser aplicado para reajustar o valor das prestações mensais do financiamento, e não o do saldo devedor, em relação ao qual incide a TR, desde que pactuada a mesma forma de reajuste da caderneta de poupança. Precedentes.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1487083/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/10/2018, DJe 25/10/2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. ART. 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS. IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO. ART. 354 DO CC. ALTERAÇÃO. REEXAME DE PROVAS.

INVIABILIDADE. 1. Recurso especial contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Não viola o artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 nem importa em negativa de prestação jurisdicional o acórdão que adota fundamentação suficiente para a resolução da causa, porém diversa da pretendida pelo recorrente, decidindo de modo integral a controvérsia posta.

3. **Alterar a conclusão do Tribunal recorrido no que diz respeito à ocorrência de imputação do pagamento exigiria o reexame de provas, inviável na estreita via do recurso especial (Súmula nº 7/STJ).**

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1614939/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS

CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 12/03/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. DISPOSITIVO DE LEI. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284/STF. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. IMPUTAÇÃO EM PAGAMENTO. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. O recurso especial fundamentado no dissídio jurisprudencial exige, em qualquer caso, que tenham os acórdãos - recorrido e paradigma - examinado o tema sob o enfoque do mesmo dispositivo de lei federal.

2. Se a divergência não é notória, e nas razões de recurso especial não há a indicação de qual dispositivo legal teria sido malferido, com a consequente demonstração da divergência de interpretação à legislação infraconstitucional, aplica-se, por analogia, o óbice contido na Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, a inviabilizar o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional. Precedentes.

3. **A conclusão da instância de origem, no sentido de que não houve pacto de capitalização mensal dos juros é imune ao crivo do recurso especial por demandar reexame de provas, a teor da Súmula nº 7/STJ.**

4. A prescrição da pretensão de revisar contrato bancário é vintenária sob a vigência do revogado Código Civil, e decenal, no atual.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 680.506/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 04/04/2017)

Assim, deve ser mantido o aresto impugnado.

2. Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Majoro os honorários devidos ao advogado da parte recorrida em 10% do valor já fixado em seu favor pelas instâncias ordinárias.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator